

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

TAVARES, Rebecca Reichmann. Rebecca Reichmann Tavares (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 30min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO FORD e FUNDAÇÃO FORD. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Rebecca Reichmann Tavares  
(depoimento, 2011)**

Rio de Janeiro

2019

### *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** Temática

**Entrevistadora:** Lúcia Lippi Oliveira;

**Levantamento de dados:** Lúcia Lippi Oliveira;

**Pesquisa e elaboração do roteiro:** Lúcia Lippi Oliveira;

**Técnico de gravação:** Bernardo Borges Buarque de Hollanda; Bernardo de Paola Bortolotti Faria;

**Local:** Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

**Data:** 25/07/2011

**Duração:** 1h 30min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória de um Office na periferia: o Escritório da Fundação Ford no Brasil”, desenvolvido em convênio com a Fundação Ford, entre janeiro de 2011 e julho de 2012, com o objetivo de constituir um acervo de depoimentos histórico-documental sobre os 50 anos da atuação da Fundação Ford no Brasil e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

**Temas:** América Latina; Anos 1980; Anos 2000; Bolsas de estudo e de pesquisa; Direito civil; Discriminação racial; Estados Unidos da América; Etnias; Feminismo; Fundação Ford; Gênero; Guerra do Vietnã (1961-1975); Igrejas protestantes; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas; Intercâmbio científico e tecnológico; Magistério; Malásia; Mulher; Organizações não governamentais; Peru; Pesquisa científica e tecnológica; Peter Fry; Pobreza; Política científica e tecnológica; Pós - graduação; Psicologia; Teologia; Universidade da Califórnia; Universidade de Harvard; Violência;

## *Sumário*

Entrevista: 25 de julho de 2011: O nascimento na Califórnia; o envolvimento com movimentos de direitos civis, direitos para a mulher e contra a guerra no Vietnã; a bolsa de 100% na Universidade de Yale por ações afirmativas no curso de inglês; o curso de teologia na Universidade de Harvard e a ida para a América Latina para trabalhar com cooperativas de mulheres; o intercâmbio para Malásia aos 17 anos; a ida para o Peru em um projeto da Igreja Protestante Progressista e a sua pesquisa de doutorado na área de psicologia da comunidade; a pesquisa de dissertação na República Dominicana; o trabalho na ONG Axion Internacional e a abertura do cargo para a Fundação Ford; o significado, como acadêmica, de estar dentro da Fundação Ford; a proposta de Peter Fry para trabalhar na área de pobreza urbana e cultura afro-brasileira dentro da Fundação; a junção das questões de raça e gênero; lideranças na área de questão racial e da mulher; a recepção da questão racial no Brasil; critérios de escolha para financiamento de projetos na Fundação; a relação da Fundação Ford com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e outras instituições; o perfil do presidente Franklin Thomas na Fundação no começo dos anos 1980; a importância da Fundação Carlos Chagas para pesquisas sobre a mulher; a mudança de terminologia de “estudos da mulher” para “estudos de gênero”; as mudanças em questões de políticas sociais no Brasil dos anos 1980 até os anos 2000; o feminismo e a posição da mulher na sociedade no caso norte-americano, latino e mediterrâneo; a revista Estudos Feministas; o apoio da Fundação na área acadêmica; questões de violência contra mulher e discriminação racial na sociedade; a saída da Fundação Ford e a volta para os Estados Unidos como professora visitante na Universidade da Califórnia; a participação no projeto de criação de um museu para imigrantes em San Diego; a volta para o Brasil e o trabalho na ONU Mulheres; comparação entre o trabalho da Fundação Ford e o trabalho de outras agências privadas norte-americanas; o conceito filantropia no contexto brasileiro.

*Entrevista: 25/07/2011*

L.O. – Vamos entrevistar Rebecca Reichmann Tavares, que participou também da vida da Fundação Ford no Brasil, entre outras atividades, não é? Bom, Rebecca, nós estamos começando um pouco pedindo à pessoa a falar alguns dados pessoais. Quer dizer, onde nasceu, quando eu pulo; não precisa [riso]. E falar um pouco da sua família – já sei que é Califórnia; sei um pouco... Mas do que representou a Califórnia nos anos...

R.R. – 1960, 1970...

L.O. – Na sua formação, na sua vida.

R.R. – Ah, então, está. Você quer mais uma parte biográfica também.

L.O. – É. Por isso...

R.R. – Interessante. Então, eu nasci em Califórnia, em 1955. Eu assumo minha idade, não é, sem problema. [Riso] Mas o interessante nessa época foi que eu fui... Foi minha época de movimento de Coming of Age. Aquela época do movimento de direitos civis e protestos contra a guerra no Vietnã. Então, quando eu estava no colégio, na secundária, eu estava totalmente envolvida em tudo que era organização contra a guerra, também contra a energia nuclear e a bomba nuclear e o movimento para os direitos civis e também depois, nos anos 70, direitos para a mulher. Foi quando eu fui para a universidade. Já tinha uma orientação de direitos humanos e também as questões de direitos, acessos às minorias os direitos. E assim foi aprofundado na universidade. Por outro lado, eu acho importante e relevante para a minha carreira na Fundação Ford que eu fui também beneficiária de ações afirmativas, porque eu estudei na Universidade de Yale e Yale antigamente foi só para os homens. Então, Yale resolveu abrir para as mulheres nos finais dos anos 60, eu acho que foi 1969 que começaram a aceitar mulheres. Eu venho de uma família que não tinha condição de pagar esse tipo de universidade, e eu recebi uma bolsa 100%. Mas nesta época, a Universidade de Yale estava recrutando mulheres, porque quando eu entrei ainda eram 100% homens, e eram menos que 30% mulheres e queriam também diversidade geográfica. E eu sendo de Califórnia, entrei com esses dois critérios. Então, eu estava muito consciente que eu entrei por causa de ação afirmativa. Então, na minha carreira, não é, eu sempre tenho reconhecido a importância de

ações afirmativas. Por isso eu considero o meu caso um caso de sucesso, porque eu, pessoalmente, nunca teria tido acesso a uma educação boa como eu tive.

L.O. – E sua graduação foi em que área?

R.R. – Em inglês. Literatura. Eu adorei a literatura. E isso também é ótimo dessas universidades que nós chamamos artes liberais, não é? Que eles encorajam as pessoas para estudar de uma forma assim mais, “humanities”, e as letras e não se preocupar muito pela profissão que aquela pessoa vai assumir. Mas naquela época também eu tive a meta de entrar na Igreja Presbiteriana como pastora. Então, o estudo de literatura é também importante para quem vai estudar e focar em teologia. Eu acabei entrando também em um curso de teologia em Harvard, que era também um curso de profissionalização para pessoas da igreja. Mas como parte desse curso, eu fui para a América Latina para trabalhar com cooperativas de mulheres, que era um projeto da igreja; uma igreja holandesa. E eu acabei entrando nessa área e achei mais interessante do que um trabalho numa igreja específica nos Estados Unidos. Então, isso foi quando despertou meu interesse internacional. Mas devo também comentar que meu interesse internacional foi despertado porque fui uma estudante de intercâmbio quando tinha 17 anos e fui morar com uma família e estudar na Malásia. Eu fiquei um ano lá e numa área bem rural, e minha família malasiana foi de descendência indiana. Então, eu me integrei na cultura e à família etc., que tem papéis muito definidos de gênero. Eu aprendi de primeira mão como a mulher e as meninas estão tratadas de uma forma diferenciada e consideradas subordinadas. Por exemplo, na minha família malasiana, as mulheres serviram os homens na mesa, e nós entramos na cozinha, sentamos no chão para fazer a nossa refeição, enquanto eles sentaram lá fora na mesa. Eu acho que isso também despertou para mim um interesse em direitos da mulher, uma igualdade de gênero etc. E, assim, deveria também ter entrado como uma parte de minha trajetória profissional.

L.O. – Eu tenho várias perguntas aqui. Sua fala já foi dada [riso]. Já sabe sobre o que... [Riso]

R.R. – Já foi contemplada. Posso continuar um pouquinho sobre educação, porque depois de voltar do Peru – eu fui para o Peru para trabalhar com esse projeto da Igreja Protestante, mas não era evangélico; era o que nós chamamos na época “a Igreja Protestante Progressista”, que

também é um... Na época da teologia da libertação etc. Então, quando eu voltei, entrei na faculdade de educação de Harvard, porque já tinha estabelecido uma relação com o professor lá. E aí sim, aí aprofundei minha área, que se chamava na época de psicologia da comunidade. Era uma forma de psicologia social, mas menos assim voltada para a pesquisa no laboratório e mais voltada para trabalho nas comunidades de transformação social. Então, fiquei lá e terminei meu doutorado lá.

L.O. – Então, seu doutorado já foi na área de educação e na área dessa de transformação social, não é?

R.R. – Exato.

L.O. – Mudança para o desenvolvimento. [Riso] Outra maneira de ser falada a mesma coisa.

R.R. – Exato. Eu fiz minha pesquisa de dissertação na República Dominicana junto com vendedores ambulantes. Era uma análise sobre como esses vendedores ambulantes se organizaram para... Porque eles formaram associação, acho que era um tipo de sindicato, mesmo sendo independentes, não é? Autônomos, porque vendedor ambulante trabalha autonomamente, não é? Mas a formaram esse tipo de sindicato. Então, eu estava analisando como... Os conceitos que eles utilizaram para se organizar e também para reclamar de seus direitos junto com as autoridades.

L.O. – Certo. Se lembrar depois de qualquer outra coisa, nós retornamos.

R.R. – [Riso]

L.O. – E, vamos dizer assim, você já contou Malásia...

R.R. – Peru.

L.O. – Peru.

R.R. – República Dominicana. [Riso]

L.O. – E como é que o Brasil... Você chegou ao Brasil ou o Brasil chegou a você? Não sei.

R.R. – O Brasil chegou a mim. Interessante; acho que isso não acontece mais na Fundação Ford, mas na época...

L.O. – Você entrou primeiro para a Fundação Ford, depois o Brasil... [Riso]

R.R. – Sim, praticamente. Porque eu tive várias experiências em outros países que tive depois de terminar meu doutorado, inclusive durante meu doutorado, eu estava trabalhando numa entidade que se chama Axion Internacional, que é uma ONG internacional com uma sede em Boston. E nessa época eu trabalhei como coordenadora da área de avaliação e capacitação para toda a rede, que nós estávamos com 14 países trabalhando com nossas contrapartes locais, fundações locais que estavam... Esse foi realmente o momento na América Latina do movimento do microcrédito. Então, trabalhamos com grupos solidários, que é a metodologia de financiamento de microempresas através de grupos solidários. Isso foi nos anos 80. Então, eu tive bastante experiência de trabalhar junto com contrapartes em vários países; em 14 países. Da América Latina, quase todos; menos o Brasil. E não falei português. Mas uma professora amiga minha me avisou quando a vaga da Ford abriu, e eu me candidatei. Mas não falei português e não conhecia o Brasil. Mesmo assim, entrei. Então, foi assim que eu entrei no Brasil. [Riso]

L.O. – As duas coisas juntas, não é?

R.R. – É. E o estranho... Porque agora, sem pensar. Inclusive, logo depois. Acho que eles nunca contrataram pessoas que não falavam português etc. Mas já falei espanhol. Aprendi.

L.O. – Já, já. [Riso] Fácil de resolver.. Diga-me uma coisa... Eu não sei se faz sentido, mas de qualquer maneira... Você tem ideia do que era trabalhar na Ford para uma acadêmica norte-americana? Mas você era uma acadêmica norte-americana, mas com vastas experiências...

R.R. – De ONG.

L.O. – De ONG, etc. Quer dizer, não sei se à época tinha isso; já soube que o contrato da Fundação Ford é um por um tempo, não é?

R.R. – Sim. Foi. Exato.

L.O. – Quer dizer, não fica na Fundação Ford o resto da vida, não é?

R.R. – Não, não.

L.O. – E, quer dizer, para uma acadêmica norte-americana, qual era o significado disto?

R.R. – Na época, quando eu fui para a Ford, tinha saído da Academia. Eu pensava assim muito como acadêmico talvez e adorei a oportunidade de estar num ambiente que era muito acadêmico. Mas o contrato inicial era para dois anos, renovado para três anos mais e acabou, porque naquela época eram cinco anos em um país, igual aos diplomatas. Eles sempre falaram: “Vocês são iguais aos diplomatas. Diplomatas não têm possibilidade de ficar mais de cinco anos.” Então, foi isso. Eu acabei ficando no Brasil. Eu poderia ter procurado um outro posto num outro lugar na Fundação Ford, num outro país, mas eu namorei com brasileiro, acabei casando com brasileiro. Então, eu fiquei aqui no Brasil depois de sair da Ford, mas eram cinco anos. Mudou.

L.O. – É. Depois mudou. Agora, são três e três. São seis [riso].

R.R. – Não. Mas a Ana Toni e a Denise ficaram...

L.O. – Dez anos quase, não é?

R.R. – É.

L.O. – Quer dizer, disse que oficialmente... [Riso]



R.R. – Oficialmente, *três e três*? Ah, eu não sabia.

L.O. – Parece que, segundo elas, você pode ficar mais tempo se você mudar de categoria dentro da Ford. [Riso]

R.R. – *Ah...* Eu fiquei maravilhada que as duas ficaram tanto tempo. Mas de qualquer forma – só para comentar aqui –, eu tenho vários amigos que eram acadêmicos mesmo de carreira. Então, uma passagem pela Fundação Ford para essas pessoas acho que representava um pouco de problema, porque não podiam fazer sua pesquisa, ficaram fora do circuito. E a Academia americana é bastante competitiva. Então, se você fica fora um tempo, poderia até prejudicar sua carreira. Eu acho que no caso das pessoas que eu conheci assim bem, como era o Edward Telles e Sônia Alves, assim, os dois beneficiaram muito, não representaram um problema. Mas eu lembro que os dois ficaram preocupados.

L.O. – É, porque você sai fora de um certo circuito para ficar em outro...

R.R. – Exato.

L.O. – Diga-me uma coisa, então entrou para Ford Brasil, Ford e Brasil. [Riso]

R.R. – Exato. Direto para o Brasil. Nunca estive na sede.

L.O. – Certo, certo. E me diga uma coisa, você entrou quando?

R.R. – 1988.

L.O. – E ficou até...

R.R. – 1993.

L.O. – 1993. Me diga uma coisa, quando você veio para o Brasil, vamos dizer assim, sua área era a questão de feminismo ou...

R.R. – Não. Isso também é interessante, porque Bill Carmichael, ele foi a pessoa que, em princípio, me contratou, porque ele era chefe de toda a área. Mas eu fui entrevistada por 11 pessoas, nunca vou esquecer disso. Onze pessoas em Nova York e Peter Fry, que está aqui no Rio. Com certeza vocês vão falar com Peter. E Peter estava em Nova York nessa época para me entrevistar, entre outras coisas. Então, na época, a Ford estava procurando uma pessoa para especializar na área de pobreza urbana. Esse era o portfólio. E com minha experiência com microempresas na América Latina, acharam que essa seria a minha área. Só que quando eu cheguei aqui, a inflação era 27% por dia, por semana, *por mês*. Com certeza, era por mês. Eu não me lembro mais, mas acho que era 27% por mês; era um absurdo. Então, nenhuma entidade, nenhuma ONG estava querendo trabalhar com crédito, com microempresa. Esse negócio estava muito complicado. E foi impossível, não consegui com quem trabalhar nessa área. E também dentro do contexto dos movimentos sociais não foi uma área prioritária. Era considerada uma tentativa de implantar capitalismo, enquanto o movimento social estava muito mais preocupado com a Constituição, cidadania etc. E foi em 1988. Então, foram alguns meses antes da Constituinte, *durante* provavelmente. Mas a Constituição foi aprovada no final deste ano. Então, eu continuei trabalhando, assim apoiando projetos nas favelas etc. Mas, nessa época, o Peter Fry estava preparando para sair para trabalhar em Zimbábue. E, quando ele saiu, ele me pediu para cuidar da questão de... Na época, nós chamamos isso de cultura afro-brasileira, que até aquela época era sempre um trabalho cultural, mas de um pouco abordar a questão da discriminação racial e a cultura afro-brasileira. Eu também tive... Quando eu entrei, eu também tive uma certa responsabilidade imediatamente para cuidar da questão das mulheres, direitos das mulheres e direitos reprodutivos, que na época a Fundação Ford estava globalmente começando a construir uma nova área. Vocês talvez lembrem que antigamente, nos anos 60, a Ford teve bastante trabalho na área de demografia, e depois saiu totalmente dessa área de demografia. Então, quando eu entrei, estava começando a construir um trabalho na área... Um pouco reconceitualizando esse trabalho para evitar a imagem de controlista. Então, eram direitos reprodutivos. E a abordagem foi bastante diferente também. Nós trabalhamos muito mais em direitos da mulher, em direitos reprodutivos, acesso a um serviço integrado etc. Mas eu tive diretamente a responsabilidade para um portfólio das mulheres. E, dentro de alguns

meses, também assumi o portfólio da questão do que nós chamávamos de direitos dos afro-descendentes. Mas na época, realmente não eram nem direitos, era a questão cultural. E, com o tempo, nós fomos um pouco formulando o trabalho nessa área.

L.O. – Quer dizer que de alguma forma com você ou na sua época, não é, começa a juntar questões de gênero e raça, não é?

R.R. – Exato. Fui eu que fiz isso.

L.O. – Você que fez. [Riso]

R.R. – Não foi fácil. Não foi fácil. Eu não vi o livro de Nigel e então não sei como ficou na história, mas foi isso. E foi muito difícil, porque aqui no Brasil o contexto era... Esse foi considerado uma imposição dos norte-americanos etc.

L.O. – Mas aí você diria que mais pelo lado da cultura, vamos dizer assim, enfrentar uma outra cultura em relação à ascendência africana ou em relação às mulheres? Quer dizer, como você via, vamos dizer assim, o problema maior na sociedade brasileira? Era a questão da posição, quer dizer, da situação das mulheres ou dos afro-descendentes? Ou as duas coisas juntas?

R.R. – Bom, é difícil avaliar assim prioritariamente, mas eu diria, pela minha própria história, envolvida com as questões da mulher, então eu senti sempre que a subordinação da mulher, desigualdade de gênero é universal; isso não é específico ao Brasil. Mas a pobreza das mulheres, especialmente as mulheres urbanas, e também as mulheres rurais era uma questão muito pouco compreendida com relação... Através dos dados oficiais e também não foi um tema entendido naquela época através dos estudos [inaudível] de pobreza, que também não tinham designação por sexo. Na época, inclusive, o que nós reconhecemos num primeiro momento foram as estatísticas oficiais; realmente faltou essa desagregação. Com relação à questão racial, como mencionei, eu estava também sensibilizada através do movimento de direitos civis, que era um movimento negro nos Estados Unidos. Mas não cheguei a este país com essa preocupação. Inclusive, devo mencionar em espírito de autocrítica que quando eu fiz minha pesquisa de dissertação na República Dominicana todos eram homens, os sujeitos do

meu estudo, não é, eram centenas de vendedores ambulantes e a maioria negros. Só que quando eu voltei a ler minha dissertação anos atrás com outra “*lens*”... Como se diz “*lens*”?

L.O. – Outra lente, outra perspectiva [riso].

R.R. – Com outra perspectiva, eu não mencionei em nenhum momento a raça dessas pessoas. Não constatou nenhuma palavra sobre a questão racial. E na República Dominicana, eles eram todos negros. E numa sociedade muito hierarquicamente racalista.

L.O. – [Riso]

R.R. – Então, só para avisar que eu não cheguei aqui com uma agenda específica, porque eu não tinha ligado pela questão na minha própria análise da situação dos dominicanos. Mas, quando cheguei aqui, foi muito importante a minha interação com os grupos afros, que estavam começando a se consolidar. Tinha IPCN<sup>1</sup> aqui, tinha o Ivanir dos Santos que, na época... Não sei se vocês o conhecem o Ivanir, mas na época ele foi o líder do movimento de meninos e meninas de rua da Funabem<sup>2</sup>. E acabou sendo, agora é ainda uma liderança na área de questão racial. O Abdias Nascimento ainda era considerado uma pessoa bastante radical. E outros grupos que estavam começando a surgir através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que era a Jacqueline Pitanguy na época a presidenta, conheci a Sueli Carneiro, que fez parte do Conselho Nacional de Mulheres na época e eu fiquei bastante sensibilizada através das conversas com essas pessoas. Eu também fui atrás de informações de dados, conheci a Lélia Gonzalez também e eu vi que não existia um reconhecimento no mundo acadêmico na época e nem nas instituições governamentais de análise social. Então, as análises na área social eram sempre de classe social sem contemplar essas especificidades de gênero e de raça. Então me parecia que seria importante entender melhor a dimensão, a cara da pobreza aqui no Brasil. E foi assim que nós começamos a entrar nessa área. Mas no caso, tanto das mulheres, mas mais especificamente dos afro-descendentes era um estímulo deles para ter mais voz, de sair da invisibilidade. E claro que esse foi um contexto assim bem... *A conjuntura específica*, porque foi a época da Constituição, foi a transição para a democracia. Antes não tinha possibilidade

---

<sup>1</sup> Instituto de Pesquisa das Culturas Negras.

<sup>2</sup> Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

para esses grupos se organizarem. Não sei se alguém mencionou para vocês, mas a Fundação Interamericana, que é uma Fundação do governo americano, tinha sido expulsa do país. Eu acho que foi 1978, se não me engano. Eu acho que foi 1978, porque o Itamaraty achou que a Fundação Interamericana estava apoiando grupos afros. Então, a Fundação teve de sair do país. A Fundação Ford ainda estava bastante sensível sobre essa questão. Nossos colegas estavam muitos nervosos para trabalhar com esses grupos e consultaram o Itamaraty também se era ok, se nós poderíamos trabalhar na área. Ainda foi uma área difícil de trabalhar dentro da própria Fundação Ford.

L.O. – Estou *boquiaberta*.

R.R. – [Riso]

L.O. – Não, é interessante, porque a nossa cultura de interpretar a presença da Fundação Ford dando ações para grupos afros como uma questão, vamos dizer assim, como uma questão advinda da cultura norte-americana. E você está dizendo que você chegou aqui e foi, vamos dizer assim, mobilizada para isto aqui.

R.R. – Com certeza.

L.O. – É muito interessante. Diga-me uma coisa, quer dizer, em que momento... Você de alguma forma responsável pelo portfólio, de mulheres, não é, de cultura afro-brasileira ou que nome nós queiramos dar para isso... Quer dizer, como você escolheu os projetos que você disse: “Esse eu vou...”

R.R. – Financiar.

L.O. – Financiar e aquele, não. Como se fazia isso à época?

R.R. – Eu acho que ninguém... Nunca nós deveríamos admitir isso, mas eu vou ser franca, eu acho que é baseado muito em intuição. Eu acho que nós devemos admitir [riso]. Porque, claro, nós temos critérios etc., mas eu trabalhei muito acima da legitimidade que eu observei, no caso

especialmente dessa área que é mais sensível. Mas também na área acadêmica nós vemos primeiro a qualidade do trabalho, a sustentabilidade, a consistência intelectual e *conceitual*, planejamento, capacidade de auto-avaliar e fazer correção, não é? Essa capacidade de retroalimentação que são através de conversas e através de revisão de material etc. Mais importante que isso é a legitimidade dos grupos junto com seus constituents.

L.O. – Membros, parceiros.

R.R. – Parceiros. Da contraparte. Então, isso é bastante intuitivo, mas você precisa estar em muita reunião, acompanhar muito seminário, ouvir muitas pessoas, tomar café nos bastidores etc., fazer triangulação, não é, perguntar sobre fulano, fulana... Para entender, porque tem rachas nesses ambientes, muito racha, é todo mundo falando mal do outro. Você tem que chegar à sua própria conclusão. Então, esse... As minhas colegas sempre falaram: [riso] “Ah, você como psicóloga... Por isso que você consegue.” [Risos]

L.O. – [Risos]

R.R. – Você ouve e vê todo mundo e tem de depois chegar à sua própria conclusão. Mas eu sinto um pouco de orgulho e gosto da oportunidade de dizer aqui que agora Sueli Carneiro, a Geledés, eu dei o primeiro financiamento para a Geledés, que não era nada, não existia nada. Inclusive foi difícil convencer meus colegas para fazer. A Cert<sup>3</sup> também – não sei se vocês conhecem a Cert, que é o Centro de... O que é Cert? É igualdade no trabalho, não é, relações no trabalho. Mas é Centro de alguma coisa.

L.O. – A Geledés a gente já..

R.R. – É Cert. Mas são permanentes. A Geledés e Cert são as duas maiores e mais respeitadas instituições de movimento negro no Brasil. E também a Cfemea<sup>4</sup>, que é a instituição lá em Brasília que faz um trabalho de análise política também eu dei o primeiro financiamento. Essas são as contrapartes principais sobre mulheres e afro-descendentes no Brasil, entre outros, não

---

<sup>3</sup>Dúvida: Centro de Estudos, Respostas e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil.

<sup>4</sup> Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

é? Também tiveram financiamento junto com o IBGE<sup>5</sup> para reconhecer... Para pedir para as pessoas, para encorajar as pessoas a assumir sua cor. Então, essa foi a campanha “Não deixe sua cor passar em branco” junto com o Ibase<sup>6</sup>.

L.O. – Isso que eu perguntar, como você... Quer dizer, você, Fundação Ford, chegou ao IBGE...

R.R. – Ao IBGE, não. Foi o Ibase. Foi a Vânia Santana, que eu não sei se vocês conhecem, que ela foi secretária de direitos humanos aqui no Rio de Janeiro; estava no Ibase na época. Era ainda na época do Betinho. Então, o Ibase veio conversar comigo com essa ideia e eu achei super interessante. Eu não estou querendo dizer que eu inventei nada, porque eu estou só tomando o crédito de reconhecer essas pessoas, que eram inspiradoras, inspiradas e o que agora se chama inovadores sociais, não é? E, na época, eram pessoas que não tinham nenhuma ONG, só tinham ideias e até talvez um trabalho, mas bastante assim incipiente. Isso eu acho que foi o que eu sinto na minha vida profissional, terá sido a parte assim que me dá mais satisfação, que me dá mais uma sensação de haver podido realmente ter contribuído de alguma forma e de reconhecer esses grupos, esses individuais, que são o que agora estão chamando essas pessoas de social [inaudível]. Pessoas assim inovadoras.

L.O. – É, é.

R.R. – Então, foi uma época muito... Também eu acho que o importante é sempre lembrar. Isso foi o florescimento da democracia, isso foi na época que os movimentos sociais, a questão da cidadania, tudo estava florescendo; era um momento, não é, muito importante. Muitos grupos sociais, militância etc. que tiveram finalmente a oportunidade de se organizar. Então, foi um momento muito interessante aqui no Brasil.

L.O. – E você apostou em alguns desses grupos...

R.R. – Isso.

---

<sup>5</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>6</sup> Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

L.O. - ...e a realidade, a vida, a história mostrou que as suas opções foram certas, não é?

R.R. – Exato.

L.O. – Então, mostrou que você tinha percepção fina, não é, do que estava acontecendo.

R.R. – É.

L.O. – Me Diga uma coisa, eu tenho visto também nesses depoimentos, em alguns dos textos sobre Fundação Ford que havia determinados momentos, vamos dizer assim, que a Ford dava uma consultoria específica, vamos supor. Acho que o Aurélio diz: “Não, principalmente quando havia...” Tem um... Exige um *know how* específico, então você contrata uma consultoria de alguém que vai poder ajudar você a tomar... Quer dizer, o consultor fala, analisa o assunto, mas quem vai decidir é outro, a pessoa da Fundação. À época, tinha alguém assim específico que fez esse papel ou fez consultoria para a Ford, que você solicitou, que você...

R.R. – Boa pergunta. Eu não estou lembrando, no meu caso, de ter contratado consultores. Às vezes, nós contratamos consultores para avaliar projetos. Na prática, isso de aprofundar o conhecimento de um assunto para depois entrar com um programa. Eu fiz a pesquisa, toda essa parte, eu que fiz.

L.O. – Você como pesquisadora formada em Harvard, você... [riso]

R.R. – Era meu trabalho de fazer e também eu senti que – é importante dizer isso; não sei como explicar de uma forma assim diplomática – que as relações aqui da Fundação Ford eram relações tradicionais com os atores institucionais bastante tradicionais.

L.O. – Entre eles e a Fundação Ford e Getúlio Vargas, claro. [Risos]

R.R. – Então, eram relações que sempre assumiram uma série de análises sobre a conjuntura socioeconômica ou sociopolítica etc. que não contemplaram essa outra abordagem. Então, eu senti que eu tive de fazer um caso assim bastante baseado em dados, e eu tinha de me informar,



sabe, me especializar de uma forma para poder assumir a responsabilidade que é essa área. Eu acho que foi um pouco por isso que não chamei uma pessoa de fora.

L.O. – Mas aí – só uma questão –, essa época também é a época que os fundos da Fundação Ford, não é... Porque, vamos dizer assim, com a análise da Ford chegou dinheiro para grandes instituições, projetos desde Capes, não é, instituições etc. etc. e chegou nessa época, vamos supor, não só a sociedade brasileira estava vibrando em milhões de movimentos como o orçamento da Fundação Ford deu uma caída muito grande. Vocês tinham menos dinheiro. Então, a decisão era – a interpretação comum – vamos dizer assim, dar pouquinho recurso para aquelas instituições que já estavam acostumadas a receber muito, muita doação, ou você, vamos dizer assim, pulverizar este apoio por várias instituições, quando a Fundação Ford começa a financiar as ONGs.

R.R. – É. Isso foi um pouquinho antes da minha época. Isso foi com a entrada do presidente Franklin Thomas. Ele entrou exatamente um pouquinho antes de mim. E ele entrou não sei exatamente quantos anos antes de mim. Mas quando entrou Franklin Thomas na Fundação Ford, foi por aí. Mas eu diria que... Isso que eu entendi através de meu trabalho antropológico na Ford [riso] que ninguém nunca disse essa coisa assim oficialmente, mas ele queria trabalhar mais com ONG, queria trabalhar mais assim com movimento social, mais no nível da comunidade, porque a história dele era uma história de trabalhar em comunidades. Então, isso criou um certo mal-estar, porque a Fundação Ford foi uma instituição bastante elitista, tinha uma história assim de trabalhar com instituições mais elitistas etc. no mundo, em geral. E ele quebrou um pouco esse padrão, e isso foi no começo dos anos 80. Aí sim, quando eu entrei, a Fundação já estava trabalhando mais com ONGs etc. com projetos menores. E ao mesmo tempo, nós recebemos instrução que não podia fazer muitos financiamentos pequenos, porque justamente pulverizou os recursos. Mas tinha já uma cultura de trabalhar mais... Mas eu não diria que era por falta de dinheiro. Eu diria que era mais uma decisão *ideológica*.

L.O. – Política, não é?

R.R. – Exato.

L.O. – Política-ideológica.

R.R. – É, é. Com essa específica liderança.

L.O. – Então, nesse sentido, a sua opção por esse caminho que, vamos dizer assim, era bem-aceito pela sede em Nova York...

R.R. – Então, por aí eu estava indo. A sede de Nova York já estava achando super interessante. Eu tive apoio da sede. Mas eram mais os tradicionais daqui do Brasil, que tinham relações bastante consolidadas aqui no Brasil que acharam que talvez fosse muito cedo para falar nesses termos e trabalhar com essas propostas. Então, isso foi interessante também.

L.O. – Na questão dos direitos da mulher ou movimento feminino, que seja, quer dizer, tinha uma longa história da Fundação Ford com outro viés, vamos dizer assim. Mas dentro disso, a Fundação Carlos Chagas foi um lugar importante dessa... Na sua época também?

R.R. – Também, também. A Fundação Carlos Chagas foi importante antes de minha chegada por esses concursos sobre pesquisa sobre a mulher. Quando eu entrei, já estava em curso tudo isso. Então, a Fundação Carlos Chagas. Eu acho que foi Carmen Barroso no começo, e depois junto com a Fúlvia Rosemberg, que as duas estabeleceram aqui no Brasil essa área de estudos da mulher. No mundo inteiro, esse também foi um momento de estabelecer essa área acadêmica. Depois contribuimos bastante para isso através de financiamentos dos concursos e também apoiamos vários núcleos de estudos da mulher no país, com a prioridade de ir para as regiões, que chamaram na época.. Ir para as regiões para não concentrar totalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Então, foi na minha época também que nós sistematicamente fortalecemos estudos, que na época não chamávamos estudos de gênero, na época se chamava estudos da mulher.

L.O. – *Essa também é uma coisa interessante.* Como estudos da mulher viraram estudos de gênero?

R.R. – Também é parte do mundo. E no mundo acadêmico, mudaram essa terminologia. Quando eu não sei exatamente quando foi essa transformação, mas eu acho que foi nos anos 90. Foi nos anos 90, porque foi uma tendência de não focar na identidade biológica. E em vez disso, focar nas relações de poder, relações construídas socialmente. E da mesma forma, a questão racial também focou nas relações construídas socialmente, porque a questão da raça não existe. Quer dizer, raça não existe. Então, focar nos fenótipos é um caminho sem saída. É mais importante a construção das relações de poder e relações sociais entre as pessoas de raças [riso] diferentes, não é? Eu queria também comentar, porque provavelmente nós vamos chegar lá mais tarde, mas eu saí do Brasil durante muitos anos, não é. Casei com brasileiro, nós fomos para os Estados Unidos, meu marido fez o doutorado lá e nós ficamos lá. Então, *eu fiquei longe*, tive algumas comunicações etc., mas durante 15 anos eu fiquei fora, acompanhando muito de longe. Quando voltei, em 2009, eu fiquei surpresa e muito assim, qual é a palavra? *Encantada* que tudo que nós imaginamos nos anos 80 e começo de 90 já estava acontecendo. Isso foi para mim *o mais maravilhoso*. Em primeiro lugar, as mesmas pessoas que estavam na militância entraram nas instituições. Entraram no setor privado, entraram nos setores estatais, entraram no governo, criaram o Cepil, o Ministério de Igualdade Racial, criaram a Secretaria de Políticas para as Mulheres, políticas de cotas começaram a funcionar para a campanha eleitoral, políticas de cotas nas universidades, políticas de promoção das mulheres dentro do setor privado, tudo que era... Só que nós sonhamos com essas questões e naquela época, é difícil, você vai lembrar, você não vai saber...

L.O. – [Risos] Não tinha nem nascido. [Risos]

R.R. – ...mas naquela época, o conceito de trabalhar política pública não existia. Nós tínhamos de falar muito para dizer o que nós queremos quando nós queremos interferir em políticas públicas, em vez de trabalhar em favelas com pobres, não é. Porque toda a questão social era as pessoas dizendo: “Ah, não. Ajudar os pobres.” Em vez de trabalhar transformação social através de políticas públicas. Não existia essa retórica, esse discurso. Não existia. Aí voltar para o Brasil e ver que todo trabalho é um trabalho de advocacy junto com o governo, mas um governo também que está aberto. Mas foi o Fernando Henrique que começou. Nós temos de reconhecer isso. Tudo isso começou com Fernando Henrique. *Mas impressionante* como o Brasil está integrando essas questões de desigualdade social de uma forma muito mais, que eles

estão dizendo agora, que eu adoro essa palavra que se usa muito nos meios acadêmicos: *granular*. Estão com análises granular. Estão percebendo as dimensões de desigualdade, não é. Quais são as dimensões, que não é só *uma luta de classe*, como dizem sempre, não é? Tem as especificidades, tem de entender quais são as populações, por quê, etc. Então, o Brasil abraçou esses conceitos, e para mim foi...

L.O. – E desses 15 anos que *you were out*...

R.R. – Exato. *Aconteceu tudo isso*.

L.O. – [Risos] Vamos dizer assim, o tempo histórico caminha em determinados momentos de forma intensa, depois ele se arrasta. Tem épocas que ele vai fazendo isso diferente.

R.R. – É.

L.O. – Diga-me uma coisa que eu gostaria de... Você tem alguma percepção assim em relação ao movimento das mulheres, movimento feminista, questões de gênero... Vamos dizer assim, alguma comparação sobre o caso norte-americano e o caso brasileiro?

R.R. – Feministas?

L.O. – É.

R.R. – Não, não. De fato, eu... Isso também é autocrítica, porque eu acho que os problemas norte-americanos como os feministas têm, também tem aqui no Brasil. E esse problema é de que sempre foi um movimento das mulheres de classe média e acima, brancas. Então, o feminismo americano foi o berço de fato, foi o berço dos direitos civis, mas foram as mulheres mais intelectualizadas e era muito assim conceitual. E a solidariedade com as mulheres pobres ou negras ou latinas, por exemplo, era sempre um pouco forçado; *ainda é*. Então, a relação de classe social e de raça e etnia dentro do movimento feminista norte-americano ainda não está resolvido. E eu diria que a mesma questão aqui no Brasil; eu acho que ainda nós temos... Porque eu vou às reuniões das feministas e somos todas iguais. São de nossa idade, são brancas e super

intelectualizadas. E claro que tem o movimento de mulheres negras, tem o movimento de mulheres indígenas, tem também as mulheres das comunidades. Não é que não existe. Mas a relação e a integração ainda está complicada. Eu diria que até a articulação das mulheres brasileiras em rede nacional aqui está fazendo um excelente trabalho de incorporar, integrar todas as questões de classe social, de raça, etnia etc., incorporar as mulheres de todos os tipos, mas, mesmo assim, não é uma relação fácil.

L.O. – É mais um jeito de acompanhar como isso aconteceu nos últimos trinta anos, quarenta anos, não é, que essa coisa... Tem um lado, vamos dizer assim, que... Quer dizer, eu tenho a consciência de quanto mudou, não é, caminhou etc. Mas, de alguma forma, não sei, eu já estou fazendo aqui uma reflexão... Dá vontade mandar cortar para poder ver se nós conversamos sobre isso [riso].

R.R. – [Riso] Eu estou interessada em saber.

L.O. – Não, que eu fico pensando assim, quer dizer, a situação, se você quiser pegar a diferença lá da sua família da Malásia... É óbvio que o Brasil tem muito isso e tudo. Por outro lado, mesmo na cultura *popular*, de origem africana e tudo, a mulher tem uma posição importantíssima em religiões africanas. Então, vamos dizer assim, na tradição da cultura católica, é óbvio que a posição da mulher é ambígua, mas ela como... Na cultura mediterrânea, a mãe manda muito no espaço da casa etc. Então, vamos dizer assim nós temos uma posição... Que a mulher está numa posição inferior na sociedade, sim, mas ao mesmo tempo, *ela pode* muita coisa, não é? Você tem experiências de sucesso de família pobre, você olha que é a mãe que fez não sei o quê; o pai foi embora, é a mãe que, a mulher... *Se ela segura e faz, aquilo dá certo*. [Riso] Então, vamos dizer assim, é uma cultura... Eu vou dizer assim: “A posição da mulher é igual à do homem.” Não, não é. *Mas também não estamos falando de uma mulher árabe* [riso].

R.R. – E isso nós temos em comum também, a norte-americana, eu diria assim, a América Latina como um todo, nós estamos numa situação relativamente muito melhor em nossos contextos.

L.O. – A nossa, brasileira, leitura em relação aos Estados Unidos, a posição da mulher nos Estados Unidos é  *muito* mais forte, mais importante. A sensação que nós temos é que pode mais, manda mais, não... É a percepção de cultura.

R.R. – Não. Eu diria... Boa pergunta. Eu não teria coragem de fazer assim uma observação geral sobre a comparação, porque eu acho que pessoas como eu, que estudei etc. dentro do meu âmbito do feminismo etc., sim, eu posso mais, sabe, eu falo, eu assumo. Mas a maioria das mulheres provavelmente, não. Eu diria que são semelhantes as...

L.O. – A você é dada a alternativa de se transformar em uma, como se chama? *Pastora*.

R.R. – É verdade. A mulher pastora...

L.O. – Na cultura latina, de igreja católica, isso até hoje... [Risos]

R.R. – Não, é verdade. É verdade. Claro que isso é uma grande diferença.

L.O. – Tem uma coisa... Então, é muito ambíguo, porque ao mesmo tempo não é... Ela tem uma posição importantíssima, costume dizer da mulher mediterrânea, da família mediterrânea, não é? A espanhola, portuguesa, italiana, judia, a mãe judia... Isso tudo não é pouca coisa, não. Mas só que não é na sociedade, não. É no espaço da casa.

R.R. – Exato. Não é institucionalizada. Eu acho que você até está me fazendo lembrar até uma anedota que eu sempre contei durante muitos anos, porque eu acho que é simbólica. Quando eu morei no Peru aquela vez, eu morei numa comunidade bastante retirada, camponesa, não é, de dez horas de Lima. Muito longe. Então, eu também com meu chapéu de antropóloga, mesmo porque estava trabalhando com ONGs etc., fui sempre a essas reuniões da comunidade, porque as comunidades andinas têm uma certa estrutura de governança local, na comunidade. E os assuntos que eles trataram era quem estava invadindo o que plantaram todos. Eram agricultores, não é? Alguém pegou a água que era para essa ou invadiu e plantou no terreno do outro. Sabe, esse tipo de coisa. Animal que foi encontrado morto ou alguém roubou animal para comer. Esse tipo de conflito. Era uma questão de resolução de conflito, em princípio. E, às vezes até

disciplina para os jovens que quebraram alguma coisa. Esse tipo de coisa. Então, sempre os homens estavam numa mesa assim bem para cá e as mães sentaram numa mesa com roupa tipo ocidental, tipo camponesa, não é? Sentaram, fizeram sua deliberação, e as mulheres sentaram no chão, as camponesas, todas vestidas de camponesa. Sentaram com o fio de lã, com um bebê aqui atrás, outro na frente etc. Então, enquanto os homens fizeram sua deliberação sobre esse assunto, tomando como autoridade da comunidade, elas gritaram: “*Não pode. Fulano não fez.*” Quer dizer, é uma coisa informal, mas elas se manifestaram. Como você está dizendo, elas se manifestaram muito claramente. Falaram, se manifestaram... Mas não foram nunca reconhecidas formalmente na mesa. O que aconteceu na mesa foi: as autoridades tomando decisões, enquanto, com certeza, elas foram ouvidas. Mas institucionalmente, formalmente, isso não existia. E eu acho que é muito isso. Quando nós estamos lutando para os direitos da mulher, estamos lutando para que as vozes das mulheres sejam ouvidas [riso] formalmente, porque, de fato, dentro da casa, economia familiar, até economia da comunidade também, elas são o carro-chefe. Elas são o carro-chefe, especialmente nas famílias pobres. Mas não são reconhecidas, o salário sempre muito menor, não têm acesso aos cargos mais altos, sabe? Como política, ela não tem acesso a esses cargos etc. Então, a luta é para institucionalizar, para reconhecer formalmente as mulheres e suas capacidades.

L.O. – É, acho que aí nós podemos entender, não é, o foco da luta mais diretamente. Diga-me uma coisa mais, quer dizer, nesse caso, voltando à história da Fundação Carlos Chagas, eu acho que você disse: “A Fundação Ford apoiou o sistema de concurso para projetos de questão de gênero.” A Fundação Ford apoiou também a criação de revistas de movimento feminista?

R.R. – Sim. Isso também foi minha gestão, que nós financiamos estudos feministas, que é a revista *Estudos Feministas*, que ainda existe até hoje. É outra coisa que eu me sinto muito orgulhosa. [Riso] Que é um jornal acadêmico de estudos feministas e foi a Leila Lavigne aqui que fundou com vários colegas. E aí eu acho que foi para Florianópolis. Mas é uma revista bastante conceituada no mundo, lá fora também do Brasil.

[FIM DO ARQUIVO I]

R.R. – Bom, então, eu queria retomar a questão da revista de estudos feministas e também o apoio de concursos, não é, sobre a questão de gênero ou a mulher, pesquisa sobre a mulher na época. Essa foi uma metodologia tradicional da Fundação Ford: de sempre quando queria entrar, quando a Ford resolveu entrar numa área, de apoiar uma área acadêmica, de aprofundar num país determinado uma área acadêmica para servir como uma base, criar comunidades de intelectuais, de pensamento, para começar a pensar em propostas de políticas públicas ou propostas de intervenção. Isso eu achei muito interessante, porque eu não... Quando eu entrei na Fundação Ford, eu estava já há vários anos em ONGs, que às vezes lêem um artigo etc., circulam um artigo para cá, mas não estabelecem a base fundamental de nosso trabalho conceitualmente num corpo de pensamento intelectual e acadêmico. Então, isso eu adorei. A nossa parte também era de sempre financiar atividades para aprofundar um campo. No meu caso, era estudos de gênero, estudos da mulher e a questão de afro-descendentes. Inclusive, na minha gestão, nós mandamos vários estudantes para estudar fora do Brasil para aprofundar os estudos de relações raciais. Mas em outras épocas, em outras gestões da Fundação Ford fizeram esse mesmo trabalho na área de relações internacionais, análises do meio ambiente etc. Então, sempre foi uma grande preocupação de *fundar* todo o nosso trabalho em uma análise, não somente nossa análise, mas uma análise no país das questões mais importantes, que isso sempre ia resultar em propostas específicas, mais assim adequadas para cada questão.

L.O. – E você acha que nessa época, quer dizer, no caso das feministas, vamos chamar assim, tinham acadêmicas, pesquisadoras ou professoras universitárias, tinha uma tradição, não é? [Inaudível], não é?

R.R. – Pra existir.

L.O. – [Eliete Zafiotte]<sup>7</sup>, Eva Blay...

R.R. – Exato.

---

<sup>7</sup> A palavra mais próxima do que foi possível ouvir.



L.O. – São pessoas, não é, que vêm de longa data. E ao mesmo tempo, vamos dizer assim, movimentos ativistas, feministas, que vão atuar em políticas públicas um pouco fazendo a mediação entre o estudo e as ativistas.

R.R. – Isso.

L.O. – No caso das questões de raça ou de direitos de... Isso também foi feito?

R.R. – Sim. Então, nós apoiamos... Isso foi antes de minha época. Foi o Peter Fry que começou a apoiar... A Universidade Cândido Mendes era o Centro de Estudos Afro-asiáticos, que foi Carlos Hasenbalg que fundou. Quando eu entrei, já existia uma história de apoio para esses centros de estudos, e eu continuei, e nós também utilizamos essa metodologia de financiar concurso para pesquisadores e também apoiamos o IFCS<sup>8</sup>. Isso também foi durante minha época, foi quando Peter Fry voltou e quando Yvonne Maggie, que é uma antropóloga, porque também nós apoiamos bolsas para estudantes afro-brasileiros para treinamento acadêmico lá. E também na Bahia, apoiamos na Universidade Federal... Era um grupo lá de economistas que também estava formando pesquisadores, economistas... Estou tentando lembrar se o Marcelo Paixão, ele saiu aqui do Rio de Janeiro, mas não estou lembrando. Ele é um dessa época das bolsas. Mas apoiamos esse grupo na Universidade Federal e também o Centro de Estudos Afro-orientais...

L.O. – Lá na Bahia, não é?

R.R. – Lá na Bahia. Estou tentando lembrar... Com certeza, foi outro em Pernambuco, mas não estou lembrando o nome. Mas essa foi uma metodologia bastante direcionada para aprofundar a área acadêmica. E quando nós não encontramos nenhum doutorado, nenhum programa de formação de doutorado aqui no Brasil, nós também oferecemos bolsas para afro-descendentes e não afro-descendentes sair fora para estudar para um doutorado no exterior.

---

<sup>8</sup> Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

L.O. – Me diga uma coisa: quer dizer, de um lado, a Fundação Ford acompanhou e ajudou exatamente essa... Vamos dizer assim, garantir ou tentar tornar legal, os direitos da mulher, políticas públicas, tanto no caso das mulheres quanto dos afro-descendentes. De alguma forma, vamos dizer assim, legalmente, essas questões foram incorporadas e também certa prática. Por outro lado, nós sabemos também pelos dados que os níveis de violência doméstica, *estupro*, *homicídio*, são altíssimos ainda no Brasil, não é? [Riso] Então, como você vê isso? Quer dizer...

R.R. – É. Esse é o problema maior, e também a discriminação racial e a estratificação racial também ainda continuam. Lá no *Correio Brasiliense*, nesses últimos dias, publicaram várias pesquisas e notícias sobre os salários das mulheres negras etc. Então, toda a estrutura de estratificação, desemprego e todos os indicadores ainda continuam chocantes de que com todo esse trabalho de análises, de propostas de lei etc., ainda continuam esses fenômenos, não é? Aí nós podemos até, sabe, mudar as leis, mas precisamos pensar no comportamento, na consciência, na educação das famílias etc. Então, esses são os desafios maiores. Na minha área, psicologia social, essa é a grande questão, porque as pesquisas de laboratório mostram se você cria um contexto que não é permitido uma certa atividade, já está sendo... Por exemplo, discriminação racial, se é contra a lei, a pessoa até poderia guardar esse tipo de preconceito, mas não deveria atuar. Mas demora muito tempo para a pessoa começar a incorporar essas mudanças dentro da sua consciência. Então, estamos com essa situação no mundo inteiro. Nós vimos na Europa, semana passada, que ninguém está isento, todos... A questão da discriminação contra a mulher, a violência contra a mulher é universal, não tem classe social. Esse preconceito desse rapaz que veio de uma família bastante confortável etc., que o preconceito étnico e racial também existe em todas as partes. E eu acho que é um desafio mundial, mas começamos com as leis, começamos com as normas, o que nós nas Nações Unidas chamamos de *normative framework*, não é, o marco normativo, não é, que são as leis internacionais. Quando nós chamamos leis, são normativos tentando estabelecer as normas para comportamento, como tratar as pessoas de uma forma igualitária e garantir acesso aos direitos. Mas, infelizmente, isso não modifica, há sempre o comportamento.

L.O. – [Riso] Depois da Fundação Ford, você voltou para os Estados Unidos, ficou lá 15 anos e trabalhando em ONGs, também não? Quando você voltou?

R.R. – Foi, foi. Eu vou ignorar, esse é o meu telefone... [Riso]

L.O. – Se quiser atender...

R.R. – Podemos ignorar. Essa é a minha filha tocando piano. A gente fez o, como se diz... O “Ringtone”, não é? Esse é dela. Eu só vou desligar. É o meu escritório.

L.O. – Antes que a ONU lhe chame, nós...

R.R. – O que eu fiz?

L.O. – Voltou para os Estados Unidos, passou 15 anos lá, até chegar no Unifem.[Riso]

R.R. – De volta. É.

L.O. – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. [Riso]

R.R. – Isso. Primeiro, quando chegamos lá, eu fiz um, como se diz? Professora visitante na Universidade da Califórnia e terminei de editar um livro sobre a questão racial aqui no Brasil e depois tive o meu primeiro filho e depois entrei como vice-presidente de uma fundação em San Diego. Era uma fundação geral, que financiava tudo. E eu como vice-presidente, não tive um tema específico nessa época. Então, foi uma experiência excelente, mas não consegui continuar nessa linha mais específica que eu gosto. Aí fiquei lá um tempo, tive minha filha e resolvi que eu não queria... Porque na Fundação eu estava trabalhando sete dias por semana, aquela coisa toda de... Então, eu me aposentei algum tempo, passei um ano, menos que um ano, seis meses, eu acho, com a minha bebê e depois entrei num projeto de criação de um museu para imigrantes. Foi super interessante. Foi uma coisa totalmente nova para mim e adorei. Trabalhei com um grupo de pessoas, mas, especificamente uma senhora que era uma empresária bem-sucedida, e esse foi um assunto que ela queria muito promover, que é uma forma de promover mais aceitação de imigrantes, porque nós morávamos em San Diego, que fica na fronteira com o México. A cultura de direita contra imigrante está bastante *chocante* lá.

Então, nós desenvolvemos projetos educativos, projetos também culturais, projetos de integração de imigrantes dentro da cultura americana. Então, era um trabalho muito diferente, mas era a fundação de uma ONG. Eu fiquei mais ou menos quatro, cinco anos fazendo isso. Acho que eram quase cinco anos. E depois me aposentei de novo, porque *de novo* eu estava trabalhando 24 horas, sete dias por semana. E eu fiquei um ano só apoiando meu marido, que tem uma consultoria. Nessa época, ele estava muito, muito, muito sobrecarregado, e eu fiz o trabalho de gerência da empresa familiar.

L.O. – Viu, as mulheres quando estão descansando, estão fazendo de tudo, não é? [Riso]

R.R. – Exato. Essa foi minha aposentadoria. [Risos]

L.O. – Aposentadoria; e trabalhou isso tudo. [Riso]

R.R. – Verdade. É. Mas foi interessante, porque eu aprendi bastante. Eu aprendi tudo que era os programas, não da Internet, mas a contabilidade e tudo. Foi muito interessante. Aprendi muita coisa de administração. Aí eu queria voltar, fazer alguma coisa, então me candidatei para esse trabalho aqui na ONU<sup>9</sup>. Graças a Deus, meu marido é uma pessoa independente de geografia. Então, ele faz o trabalho dele no mundo independente de onde nós morarmos. E ele é brasileiro, claro que ele queria vir para cá e nós viemos. A família veio para cá e estou aqui há dois anos. Agora, o UNIFEM mudou para ONU Mulheres. Agora, vou dar meu cartão inclusive. Nações Unidas consolidou quatro entidades que trataram a questão da mulher de uma forma ou outra. Várias instâncias dentro do sistema. E primeiro de janeiro deste ano criaram o ONU Mulheres para consolidar e coordenar melhor o trabalho do sistema ONU sobre a questão de gênero.

L.O. – Que ótimo. E me diga uma coisa, pela sua experiência em ONGs e depois em instituições e organizações, tipo... E tentando, se for possível nós pensarmos uma comparação, por exemplo, entre o trabalho da Fundação Ford e o trabalho de outras agências privadas norte-

---

<sup>9</sup> Organização das Nações Unidas.

americanas, sei lá... É a mesma coisa? Tem especificidade? Sei lá, estou pensando aqui: Fulbright, Kellogg's, McCarter... Tem várias, não é? Quer dizer, Estados Unidos...

R.R. – Sim. E eu tive também a possibilidade de fazer várias consultorias com várias dessas. Nunca com Fulbright, mas com Kellogg's, McCarter, Levis Strauss, qual é a outra? Que você até acabou de mencionar. Kellogg's.

L.O. – Tem uma outra que você também mencionou.

R.R. – Em algum momento?

L.O. – É.

R.R. – Mas não importa. Era um trabalho... Eu tive vários intervalos depois de sair da Ford, antes de ir para San Diego, eu fiz isso: consultoria com várias fundações e empresas. E me dei conta que realmente como essas instituições do setor privado norte-americano, ou fundação ou empresa, têm uma certa cultura, porque é bastante diferente de outras instituições, e muito diferente da ONU. Então, isso que eu estou descobrindo, porque ONU tem uma cultura bastante única. Mas eu diria que a Fundação Ford, sim, tem uma cultura, pelo menos na minha época – que agora eu acho que foi até mais para o setor privado com o novo presidente. Mas na minha época também teve uma certa forma de se organizar, hierarquia, normas institucionais. É uma cultura de cumprimento; você nunca imaginou que ia cumprir com um prazo, com um compromisso etc. Então, foi bastante disciplinado, vamos dizer, como instituição. Eu diria que tem isso em comum com as outras instituições, tanto do setor privado quanto fundações grandes. Isso para mim eu acho que foi um pouco chocante quando eu saí da Ford, e não estou falando de Brasil, porque isso foi há... Inclusive nos Estados Unidos, eu percebi que as pessoas não sentiam a obrigação de cumprir. [Riso] Eu ainda estou chocada quando as pessoas não cumprem ou com a palavra ou com um prazo, um produto... É estranho.

L.O. – [Riso] A última coisa que eu gostaria de perguntar é o seguinte: Como é que essas instituições, através de uma cultura específica, vamos dizer assim, tiveram de traduzir para o contexto brasileiro o próprio conceito de filantropia? Que é uma coisa... [Riso] Vamos dizer

assim, é a mesma coisa, de uma forma o nosso conceito na cultura é um pouco *caridade*, não é? Que não é a mesma coisa. Você sentia na época que você estava escolhendo algumas dessas ONGs ou projetos que a Ford estava... Também não pode falar investimento, porque investimento supõe que estava recebendo algo de volta, e não é. Aliás, isso é um problema... Vamos dizer assim, a Fundação Ford chama em alguns momentos a pessoa que recebeu a doação de donatário. Eu brinquei com o Aurélio, eu falei: “Toda vez que fala donatário eu me lembro das Capitâneas Hereditárias na história do Brasil, que aquela lá... O rei de Portugal doava a terra.” Tinham de achar outro nome [riso]; *donatário é demais*. [Riso]

R.R. – É horrível. Nós, em ONU Mulheres, chamamos contrapartes. Contrapartes.

L.O. – É melhor, porque donatário não pode. Mas essa ideia, não é, de filantropia como uma coisa séria e levada adiante é difícil.

R.R. – Isso é um tema super interessante. Ainda bem que você colocou, porque eu não teria lembrado. Quando eu cheguei aqui, eu... Quer dizer, na época, em 1988, eu estava trabalhando numa ONG nos Estados Unidos. Uma ONG bem grande. Mas, nesse momento, mesmo que eu nunca tivesse trabalhado numa fundação, ainda estava a cultura, não é, de o que se chama de o Terceiro Setor. E já existia esse conceito de Terceiro Setor. Era de que filantropia poderia ser progressista. Então, filantropia não era necessariamente caridade. Poderia ser investimento social, utilizando essa palavra investimento social, que é popular nos Estados Unidos. Mas era um tipo de *aposta*, a palavra que você usou, no social [inaudível] no contexto, não é, empresário social. Então, existe todo esse contexto. Filantropia, para mim, era um conceito progressista. Cheguei aqui e não era. Eu aprendi imediatamente a não utilizar essa frase; não falar em filantropia, porque aqui o preconceito com filantropia era de que era caridade, um trabalho paliativo, era um trabalho de tentar evitar que os grupos se organizarem, era todo um trabalho de contra-revolução. Então, nós tivemos uma, uma... Como se diz? Eu não sei exatamente como dizer. Eu quero dizer uma abordagem, mas era mais que uma abordagem, era mais uma cultura interna da Fundação Ford de procurar apoiar projetos que teriam uma possibilidade de mudança estrutural, de transformação social e de evitar projetos pequenos para ajudar um grupo pequeno, determinado de pessoas para melhorar a vida desse grupo, mas não ter nenhuma sustentabilidade, um impacto maior no sistema, na estrutura etc. Então, foi isso que foi um

trabalho entre nós também de comunicar como que se faz, como analisar, como comunicar isso com nossas contrapartes, com o governo, com o setor privado etc. Eu diria que tudo isso foi uma evolução dentro da própria Fundação Ford e junto com nossas contrapartes nas sociedades em geral.

L.O. – Na sua época, era você, Peter Fry? Não, Peter Fry...

R.R. – Peter Fry que foi o meu chefe, meu primeiro chefe. Aí tinha também um Peter May, que trabalhava na área de meio ambiente e tinha um Chris Wellman, que trabalhava na área de relações internacionais, a Joan Dasin era também *program officer* nessa época e a área dela eu não lembro exatamente, eu e Peter Fry. Então, cinco pessoas. Depois, o Peter foi para Zimbábue para ser representante de Zimbábue, Peter May saiu e entrou Anthony Anderson, que era de Belém. Ele já estava trabalhando num instituto de pesquisa em Belém, que não me lembro mais o nome desse instituto, mas ele já estava morando no Brasil, e a Joan Dasin como representante. Depois, antes de minha saída, a Joan foi para Nova York e entrou o Brad. Então, eu trabalhei com Brad. Aliás, Brad também trabalhou como *program officer*. Ele deveria ter ficado no lugar de Chris Wellman. Eu acho que... Não sei exatamente quanto tempo ficou como meu colega igual. Depois ele assumiu a representação, e trabalhei com ele como meu chefe em pouquíssimo tempo; talvez seis meses. Mas eu sempre mantive relação com Brad e a mulher dele. Então, nós mantivemos uma excelente relação. Então, é isso.

L.O. – Em princípio, tudo que eu queria perguntar, eu já perguntei. Se tiver alguma coisa assim que você queira falar, dizer, nessa coisa da Ford, se foi importante na sua trajetória, que é anterior à Ford e continuou muito depois da Ford, não é. Se aquela experiência... Ou como você vê a própria Ford no Brasil, sabe... Como quiser. Os microfones são seus.

R.R. – Obrigada. Eu realmente acho que não... Inclusive nunca esperei falar tanto que eu falei. Mas eu não posso comentar sobre a situação da Ford de agora. Eu sei que muitas pessoas já têm ideias bastante fortes com relação à liderança atual, mas eu não posso comentar porque eu não estou dentro. Eu devo até comentar que ele foi meu estudante na Harvard – o presidente atual da Ford. Foi.

L.O. – [Riso]

R.R. – É. Quando ele estava com 20 anos de idade ou menos, não é. Porque segundo ano de universidade, ele foi meu estudante. E eu lembro muito bem dele, das características etc. dele, mas nunca mais tive contato. Então, eu sei quem é, mas ele não... Eu nunca mais voltei a ter contato, mas as pessoas dentro da Ford comentam muito sobre a nova cultura dentro da Ford. E eu acho que isso está afetando o perfil da Ford nos países. Mas eu sou muito amiga da Nilcéia Freire, então eu tenho total confiança que a Ford vai continuar fazendo um trabalho excelente aqui e tendo um impacto importante.

L.O. – Certo. Muito obrigada.

R.R. – Obrigada a vocês.

L.O. – [Riso]

[FIM DO DEPOIMENTO]